

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

CNPJ 28.196.889/0001-43

GRUPO SEGURADOR



Uma nova geração de seguros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE:
a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural, sociedade que controla esta Companhia.

b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluindo os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e rural.
A Assembleia Geral Extraordinária da SH1 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros assuntos, a cisão total das controladas Aliança Participações S.A., com versão do acervo líquido cindido da Aliança Participações S.A. e a Companhia, com a consequente extinção da empresa cindida. A partir dessa operação, a SH1 passou a controlar diretamente a Companhia.
Em 2012, a Companhia apresentou prêmios diretos de R\$ 3.943,3 milhões e lucro líquido de R\$ 555,6 milhões, representando, respectivamente, incrementos de 35,4% e de 6,1% sobre o ano anterior.
A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2012, os Acionistas deliberou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 182.000 mil e, posteriormente, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas durante o exercício de 2012, o montante de R\$ 287.800 mil, totalizando R\$ 469.800 mil de dividendos distribuídos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante		3.004.607	1.987.384	Circulante		2.682.013	1.715.963
Disponível		123.931	44.814	Contas a pagar		393.176	286.988
Caixa e bancos		123.931	44.814	Obrigações a pagar		88.011	16.220
Aplicações	5	1.498.804	1.041.300	Impostos e encargos sociais a recolher		3.775	3.505
Credíveis das operações com seguros e resseguros		584.981	341.266	Encargos trabalhistas		5.787	4.989
Prêmios a receber	7	472.438	294.539	Impostos e contribuições		295.603	262.274
Operações com seguradoras		4.460	9.642	Débitos de operações com seguros e resseguros		626.748	281.844
Operações com resseguradoras	8a	92.433	26.384	Prêmios a restituir		58.107	48.504
Outros créditos operacionais		15.452	10.701	Operações com seguradoras		3.570	1.171
Ativos de resseguro - provisões técnicas	12	207.040	175.481	Operações com resseguradoras	8b	172.877	135.612
Titulos e créditos a receber		326.623	209.076	Corretores de seguros e resseguros	22b	280.375	65.494
Títulos e créditos a receber	22 a	139.373	64.521	Outros débitos operacionais	22c	111.819	31.517
Créditos tributários e previdenciários	19b	171.320	128.218	Depósitos de terceiros	11	9.254	6.237
Outros créditos		15.930	16.337	Provisões técnicas - seguros	12	1.652.835	1.141.294
Outros valores e bens		211	188	Danos	17	667.326	537.878
Bens a venda		211	188	Pessas		985.509	603.416
Despesas antecipadas		3.701	2.376	Passivo não circulante	19b	1.980.432	1.267.257
Custos de aquisição diferidos	12	259.316	140.784	Contas a pagar	19b	5.055	371
Seguros		259.316	140.784	Provisões técnicas - seguros	12/15	1.453.397	771.857
Ativo não circulante		2.632.403	1.732.224	Danos		74.422	70.879
Realizável a longo prazo		2.598.325	1.703.176	Pessas		1.378.975	700.978
Aplicações	5	1.075.236	939.552	Outros débitos		521.980	495.029
Credíveis das operações com seguros e resseguros		367.038	-	Provisões judiciais	16	521.980	495.029
Prêmios a receber	7	367.038	-	Patrimônio líquido		974.565	736.388
Ativos de resseguro - provisões técnicas	12	15.903	14.910	Capital social	17	380.482	380.482
Titulos e créditos a receber		834.050	658.248	Reservas de capital	17c	146.645	1.283
Créditos tributários e previdenciários	19b	211.043	83.245	Reservas de lucros		448.606	362.817
Depósitos judiciais e fiscais	16	623.007	575.003	Ajustes com títulos e valores mobiliários		7.583	557
Custos de aquisição diferidos	12	306.098	90.966	(-) Ações em tesouraria		(8.751)	(8.751)
Seguros		306.098	90.966				
Investimento		4.072	4.081				
Participações societárias		4.072	4.081				
Outros investimentos		5	5				
Imobilizado	9	15.700	16.262				
Imoveis de uso próprio		1.631	1.801				
Bens móveis		14.050	14.436				
Outras imobilizações		19	25				
Intangível	10	14.306	8.700				
Outros intangíveis		14.306	8.700				
Total do ativo		5.637.010	3.741.608	Total do passivo		5.637.010	3.719.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
Prêmios emitidos	18b	3.943.284	2.911.504
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(1.080.831)	(436.216)
(+) Prêmios ganhos	18a	2.862.453	2.475.288
(+) Receita com emissão de apólice		6.799	6.365
(-) Sinistros ocorridos	18c	(1.015.461)	(870.339)
(-) Custos de aquisição	18d	(744.298)	(632.179)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		(197.433)	(135.109)
(+) Resultado com resseguro		(9.564)	(97.869)
(+) Receita com resseguro	18f	203.913	86.172
(-) Despesas com resseguro	18g	(213.477)	(184.041)
(-) Despesas administrativas	18h	(165.655)	(97.308)
(-) Despesas com tributos	18i	(83.040)	(76.800)
(-) Resultado financeiro	18i	185.198	207.593
(-) Resultado patrimonial		163	3.809
(-) Resultado operacional		267.152	783.451
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		50	329
(+) Resultado antes dos impostos e participações		839.212	783.780
(-) Imposto de renda	19a	(149.619)	(138.472)
(-) Contribuição social	19a	(125.796)	(117.434)
(-) Participações sobre o resultado		(8.208)	(4.291)
(-) Lucro líquido		555.589	523.583
(/) Quantidade de ações		645.238	645.238
(/) Lucro líquido por ação - em R\$		0,861	0,811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	555.589	523.583
Outros resultados abrangentes	3.542	3.542
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	11.710	886
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(4.684)	(354)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	562.615	524.115
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	562.615	524.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	249.236	-	-	-	-	-	-	-	249.236
Aumento de capital:									
Portaria Susep nº 1212 de 25 de maio de 2011	131.246	-	-	-	-	(131.246)	-	-	-
Resgate de ações (vide nota 1)	-	-	-	-	-	(104.034)	-	-	(104.034)
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	532	-	532
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	523.583	523.583
Proposta para distribuição do resultado:									
Aquisição trile 4.619 ações próprias	-	(8.751)	-	-	-	-	-	-	(8.751)
Reserva legal	-	-	-	26.179	-	-	-	(26.179)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	282.370	-	-	(282.370)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(330.635)	-	(4.420)	(4.420)
Dividendos	-	-	-	-	-	(182.000)	-	(210.614)	(541.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	380.482	(8.751)	1.283	76.026	286.791	557	7.583	555.589	1.987.384
Dividendos deliberados em AGO de 30 de março de 2012	-	-	-	-	-	(182.000)	-	(182.000)	-
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	7.026	7.026	-
Reserva especial de ágio - AGE de 30 de novembro de 2012	-	-	145.362	-	-	-	-	145.362	-
Dividendos deliberados em AGE de 8 de outubro de 2012	-	-	-	-	-	(89.600)	-	(89.600)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	555.589	555.589
Proposta para distribuição do resultado:									
Dividendos deliberados em AGE de 26 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	(15.190)	-	(183.010)	(198.200)
Reserva legal	-	-	-	70	-	-	-	(70)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	372.509	-	-	(372.509)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	380.482	(8.751)	146.645	76.096	372.510	7.583	7.583	555.589	3.719.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante referida também como "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos riscos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 117011, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e as empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa 20.

Em 5 de maio de 2010 o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e da MAPFRE Brasil Participações S.A., para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador.

Em decorrência do processo de preparação do Grupo Banco do Brasil para a parceria com a MAPFRE, foi transferida a titularidade das ações que a Companhia possuía da Aliança do Brasil Seguros S.A. para a Aliança REV Participações S.A. (anteriormente denominada BB Aliança REV Participações S.A.), referida também como Aliança REV, através de resgate das ações da Companhia possuídas pela Aliança Participações S.A. (anteriormente denominada BB Aliança Participações S.A.), referida também como Aliança Participações.

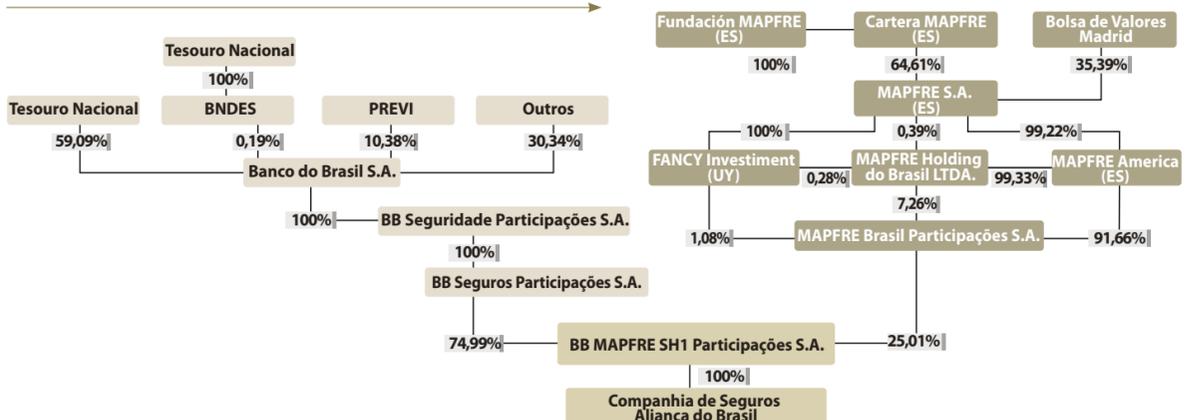
Em 30 de junho de 2011 a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas sociedades *Holdings*, conforme composição acionária abaixo:

a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural.

b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluindo os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e rural.

Visando a simplificação do modelo operacional e a estrutura societária do Grupo Segurador BB MAPFRE, a Assembleia Geral Extraordinária da SH1 realizada em 30 de novembro de 2012, deliberou, entre outros, a cisão total das controladas Aliança Participações S.A. (doravante designada por "Aliança Participações") e a MAPFRE Participações Ltda. (doravante designada por "MAPFRE Participações"), com (a) a versão do acervo líquido cindido da Aliança Participações S.A. e a Companhia e (b) a versão do acervo líquido cindido da MAPFRE Participações S.A. e a Vida Seguradora S.A., conforme detalhado na nota explicativa 23, com consequente extinção das empresas cindidas.

Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP", sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 430/12 revoga a Circular SUSEP nº 424/11. As demonstrações financeiras são apresentadas contemplando as alterações introduzidas pela circular e foram ajustadas sem efeitos representativos para fins de comparação. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2013. b) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 430/12. Conforme anexo II da Circular SUSEP nº 430/12, a demonstração do fluxo de caixa, está sendo divulgada pelo método indireto, consequentemente a referida demonstração relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgada pelo método direto, está sendo reapresentada para fins de comparabilidade. c) **Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) **Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii. ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii. ativos financeiros mantidos até o vencimento; e iv. provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. e) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo. f) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3b - Instrumentos financeiros;
- Nota 3g - Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3h - Mensuração dos contratos de seguros;
- Nota 3j - Custos de aquisição diferidos;
- Nota 3k - Provisões técnicas;
- Nota 3l - Teste de adequação dos passivos;
- Nota 7 - Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito); e
- Nota 15 e 16 - Provisões judiciais.

g) **Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Essas políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. As políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. a) **Caixa e equivalentes a caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação com ativos garantidores. b) **Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **c) Benefícios aos empregados:** i. Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ii. Obrigações com aposentadorias: A Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Brasilpre Seguros e Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. Outros benefícios de curto prazo: Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **p) Outros receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente. As despesas com apólices e contratos também são registradas nesse grupo, e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros para venda, variações no valor justo de ativos financeiros não designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido, e os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos a tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de seguro;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO, IFRM e COBIT as linhas mestras da Divisão de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL e MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), in-

dicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste Comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comitê de riscos e controles internos:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **• Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outros, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reports. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de seguro: A Companhia define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem "rating" de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Companhia está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseado no valor de prêmio líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de Resseguro 2012					Líquido de Resseguro 2012										
	DEMAIS	%	DPVAT	%	VIDA	%	TOTAL	%	DEMAIS	%	DPVAT	%	VIDA	%	TOTAL	%
Centro Oeste	203.341	5%	7.983	0%	455.756	12%	667.080	17%	136.642	4%	7.983	0%	455.465	12%	600.090	16%
Nordeste	48.004	1%	14.241	0%	515.472	13%	577.717	14%	37.707	1%	14.241	0%	515.551	14%	567.499	15%
Norte	17.718	1%	4.732	0%	136.130	4%	158.580	5%	16.259	0%	4.732	0%	136.027	4%	157.018	4%
Sudeste	235.528	6%	39.428	1%	1.292.639	33%	1.567.959	40%	199.854	5%	39.428	1%	1.292.507	35%	1.531.789	41%
Sul	386.575	10%	16.662	0%	533.822	14%	937.059	24%	278.390	8%	16.662	1%	534.042	15%	829.094	24%
Total	891.166	23%	83.046	2%	2.933.819	76%	3.908.031	100%	668.852	18%	83.046	2%	2.933.592	80%	3.685.490	100%

Região geográfica	Bruto de Resseguro 2011					Líquido de Resseguro 2011										
	DEMAIS	%	DPVAT	%	VIDA	%	TOTAL	%	DEMAIS	%	DPVAT	%	VIDA	%	TOTAL	%
Centro Oeste	172.140	6%	7.501	0%	379.830	13%	559.471	19%	112.477	4%	7.501	0%	377.960	14%	497.938	18%
Nordeste	37.961	1%	12.171	0%	367.910	13%	418.042	14%	27.097	1%	12.171	1%	367.611	14%	406.879	16%
Norte	12.513	1%	3.635	0%	93.394	3%	109.542	4%	11.092	0%	3.635	0%	93.347	3%	108.074	3%
Sudeste	165.592	6%	37.255	1%	857.123	30%	1.059.970	37%	137.952	5%	37.255	1%	850.249	32%	1.025.456	38%
Sul	323.905	11%	16.558	1%	411.006	14%	751.469	26%	230.124	9%	16.558	1%	409.182	15%	655.864	25%
Total	712.111	25%	77.120	2%	2.109.263	73%	2.898.494	100%	518.742	19%	77.120	3%	2.098.349	78%	2.694.211	100%

Sensibilidade do risco de seguro: As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 15,18%. ii. Provisão de insuficiência de Prêmios PIP para seguros de longo prazo - Ouro Vida Revisado: Simulamos

Fator de Risco	Total	Sensibilidade	Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado 2012	Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado 2011
(a) Provisões Técnicas				
a1. IBNR	Aumento	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(7.066)	(117.534)
a2. PIP de longo prazo	Aumento	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(17.900)	(9.455)
	Redução	Agravo de 5% na Tábua de Mortalidade	-	(22.950)
	Aumento	Redução de 1% na Taxa de desconto da PIP	-	(85.129)
(b) Sinistralidade		Elevação de 5% na sinistralidade	(40.586)	(45.429)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não pagar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinados exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **• Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;** **• Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento;** **• Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas;** e **• Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é em antecendência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e a faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições de contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. Até 31 de dezembro de 2012, os parceiros de resseguros eram:

Tipo de Ressegurador	Nome do Ressegurador	% Cessão	Rating
Local	IRB BRASIL RESEGUROS S.A. MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESEGUROS	98,48%	Não atribuído
Ramos	Tipos de Resseguro	1,52%	Não atribuído
O1	automático	Stop loss	150% 300%
O2	automático	Stop loss	150% 150%
29, 69, 77, 80, 81, 82, 84, 91, 93, 98, 61, 65, 68	automático	Catástrofe	2.000 40.000
11, 14, 16, 18, 30, 41, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 71, 96	automático	Catástrofe	10.000 90.000
Grupo de ramos	Ramos	Limite de retenção	
Pessoas Coletivas	29	2.400.000	
	36, 69, 90	800.000	
	77, 82, 84, 93	3.000.000	
	80	1.400.000	
	81	1.100.000	
Habitacional	61, 65	3.000.000	
	66	800.000	
Rural	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 64	800.000	
	2, 30, 62, 98	3.000.000	
Outros	79	800.000	
Pessoas Individual	29, 84	1.100.000	
	36, 69, 90	800.000	
	77	3.000.000	
	80	1.400.000	
	81	950.000	

Grupo de Ramos	Prêmio Emitido Líquido*	Resseguro Cedido	Retenção*	Prêmio Emitido Líquido*	Resseguro Cedido	Retenção*
Pessoas	2.933.819	227	100,0%	2.109.263	10.914	99,5%
Rural	814.282	222.312	72,7%	670.312	191.730	71,4%
Habitacional	76.884	3	100,0%	41.800	1.639	96,1%

*Prêmio Emitido Líquido de Cosseguro e Cancelamentos
Em 31 de dezembro de 2012 o total de ativos de resseguro recuperáveis é de R\$ 92.631 (R\$ 26.384 em 2011) sendo que parte relevante desse saldo tinha como contraparte o IRB Brasil Resseguros S.A. **Gerenciamento do risco de crédito:** Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguro e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Emissor	Título	Valor Contábil/Valor Justo		Rating	2012
		Valor Justo	Rating		
AES Tietê	Debêntures	10.240	Aa1.br (Moody's)	AA-	(Bra)
AMIL	Debêntures	14.232	(Fitch Ratings)		
Ampla Energia	Debêntures	1.675	brAA- (S & P)		
Anhanguera	Debêntures	10.153	brAAA (S & P)		
Autovias	Debêntures	5.345	Aa2.br (Moody's)		
Bandeirante Energia	Debêntures	10.463	Aa1.br (Moody's)		
BNDESPar	Debêntures	29.711	brAAA (S & P)		
Brasil Telecom	Debêntures	38.274	Aaa.br (Moody's)		
Brookfield	Debêntures	10.337	Aa3.br (Moody's)		
CEMIG	Debêntures	349	brAA- (S & P)		
Cia. Trans. Energ. Elet. Paulista	Debêntures	10.381	(Fitch Ratings)		
CONCEPA	Debêntures	5.176	AA-br (Moody's)		
Conces. da Rod. Pres. Dutra	Debêntures	20.096	brAAA (S & P)		
COPASA	Debêntures	6.073	Aa2.br (Moody's)		
CSN	Debêntures	10.115	brAAA (S & P)		
EVEN	Debêntures	10.309	A2.br (Moody's)		
Intervias	Debêntures	5.342	Aa1.br (Moody's)		
Localiza	Debêntures	3.446	Aa1.br (Moody's)		
SABESP	Debêntures	17.488	brAA+ (S & P)		
Telemar Norte	Debêntures	9.208	brAAA (S & P)		
Telemar Participações	Debêntures	1.222	Aa1.br (Moody's)		
Usiminas	Debêntures	2.577	Aa1.br (Moody's)		
Banco ABN	Certificados de Depósito Bancário (CDB)	5.033	Aaa.br (Moody's)		
Banco do Nordeste do BR	Certificados de Depósito Bancário (CDB)	20.460	(Fitch Ratings)		
Banco Pine	Certificados de Depósito Bancário (CDB)	1.610	A1.br (Moody's)		
Banco Pine	Certificados de Depósito Bancário (CDB-DPGE)	12.083	A1.br (Moody's)		
Industrial	Certificados de Depósito Bancário (CDB-DPGE)	7.242	Aa3.br (Moody's)		
Mercantil do Brasil	Certificados de Depósito Bancário (CDB-DPGE)	7.187	Aa3.br (Moody's)		
Chemical V	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	10.000	Ba1.br (Moody's)		
Chemical VI	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	8.008	Ba1.br (Moody's)		
Petroquímica	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	10.208	brAAA (S & P)		
Petroquímica III	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	17.564	brAAA (S & P)		
Banco ABC	Letras Financeiras	31.530	brAA+(S&P)		
Bradesco	Letras Financeiras	16.633	Aaa.br (Moody's)		
CEF	Letras Financeiras	11.062	Aaa.br (Moody's)		
Itaú	Letras Financeiras	27.120	Aaa.br (Moody's)		
Santander	Letras Financeiras	27.385	Aaa.br (Moody's)		
Total		450.088			

A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) do Fundo Garantidor de Crédito (FGC)

Região geográfica	Bruto de Resseguro 2012					Líquido de Resseguro 2012										
	DEMAIS	%	DPVAT	%	VIDA	%	TOTAL	%	DEMAIS	%	DPVAT	%	VIDA	%	TOTAL	%
Centro Oeste	203.341	5%	7.983	0%	455.756	12%	667.080	17%	136.642	4%	7.983	0%	455.465	12%	600.090	16%
Nordeste	48.004	1%	14.241	0%	515.472	13%	577.717	14%	37.707	1%	14.241	0%	515.551	14%	567.499	15%
Norte	17.718	1%	4.732	0%	136.130	4%	158.580	5%	16.259	0%	4.732	0%	136.027	4%	157.018	4%
Sudeste	235.528	6%	39.428	1%	1.292.639	33%	1.567.959	40%	199.854	5%	39.428	1%	1.292.507	35%	1.531.789	41%
Sul	386.575	10%	16.662	0%	533.822	14%	937.059	24%	278.390	8%	16.662	1%	534.042	15%	829.094	24%
Total	891.166															

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
2011							
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado							
Fundos de investimentos	145.191	5.138	43.229	623.610	817.168	798.360	18.808
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	-	-	277.466	277.466	267.334	10.132
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-	-	159.026	159.026	153.244	5.782
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	29.304	71.983	101.287	98.404	2.883
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	-	-	94.915	94.915	94.915	-
Quotas de fundo DPVAT	70.843	-	-	70.843	70.843	-	-
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	120	8.058	18.542	26.720	26.722	(2)
Operações compromissadas	25.636	-	-	-	25.636	25.636	-
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	5.018	4.855	-	9.873	9.864	9
Debêntures	-	-	1.012	1.678	2.690	2.686	4
Caixa/ajustes DI	(226)	-	-	-	(226)	(226)	-
Carteira administrada	48.938	-	-	-	48.938	48.938	-
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	48.938	-	-	-	48.938	48.938	-

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
2012							
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Carteira de investimento	25.596	55.408	449.361	530.366	517.727	517.727	12.639
Debêntures	25.596	55.408	449.361	530.366	517.727	517.727	12.639
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	231.965	231.965	226.120	5.845
Letras Financeiras	-	4.876	-	121.175	126.051	119.254	6.797
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	-	55.408	58.322	113.730	113.762	(32)
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	-	-	31.512	31.512	31.522	(10)
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	6.643	-	20.460	27.103	27.064	39
Opções de Soja	-	5	-	-	5	5	-

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
2011							
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Carteira administrada	21.979	12.591	35.739	256.679	326.988	326.061	927
Debêntures	21.979	12.591	35.739	256.679	326.988	326.061	927
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	5.159	-	-	121.251	126.410	126.290	120
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	16.820	12.159	11.792	28.758	69.529	69.529	-
Letras financeiras	-	-	1.745	51.164	52.909	52.102	807
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	-	-	50.878	50.878	50.878	-
Opções de dólar	-	-	22.202	4.628	26.830	26.830	-
Opções de soja	-	310	-	-	310	310	-
	-	122	-	-	122	122	-

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
2012							
Ativos mantidos até o vencimento							
Fundos de investimentos	73.397	73.397	85.639	575.915	672.287	652.638	119.649
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	73.397	-	-	374.847	448.244	422.030	126.214
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	151.574	212.621	199.932	112.689
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	-	-	49.494	70.086	70.676	1.590
Carteira de investimento	-	-	-	96.372	130.487	123.289	7.198
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	96.372	130.487	123.289	7.198

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
2011							
Ativos mantidos até o vencimento							
Fundos de investimentos	73.386	73.386	37.987	640.495	705.870	685.503	120.367
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	73.386	-	-	428.021	501.407	488.956	113.381
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	37.987	147.463	185.450	178.523
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	-	-	65.011	65.011	62.824	2.187
Carteira administrada	-	-	-	76.260	65.375	141.635	137.910
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	76.260	65.375	141.635	137.910

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos alocados em carteira administrada tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros. Os títulos de renda fixa privados alocados em carteira administrada tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aquelas sem cotação utiliza-se metodologia própria - "marked to model" - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND). Para fins de cálculo do valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND, com o devido tratamento estatístico de acordo com o manual de marcação a mercado disponível no site da BB-DTVM. Para os CDB's foi desenvolvido um modelo de marcação a mercado que utiliza como base e parâmetros os negócios efetivados nos últimos 15 dias nos fundos de investimento da BB Gestão de Recursos DTVM S.A., leilões e/ou consultas no mercado e emissões primárias registradas na CETIP S.A. - Mercados Organizados. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto-regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. **e) Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis são ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

	2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos designados pelo valor por meio do resultado						
Fundos de investimentos	1.089.588	92.283	1.181.871	660.752	107.478	768.230
Letras do tesouro nacional (LTN)	452.686	-	452.686	277.466	-	277.466
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	200.655	-	200.655	101.287	-	101.287
Operações compromissadas	145.754	-	145.754	25.636	-	25.636
Quotas de Fundo DPVAT	80.847	-	80.847	70.843	-	70.843
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	167.851	-	167.851	159.026	-	159.026
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	92.283	92.283	-	94.915	94.915
Fundos não exclusivos	21.852	-	21.852	-	-	-
Letras financeiras do tesouro (LFT)	20.118	-	20.118	26.720	-	26.720
Caixa/ajuste DI	(175)	-	(175)	(226)	-	(226)
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	-	-	9.873	9.873	9.873
Debêntures	-	-	-	2.690	2.690	2.690
Carteira administrada	45.780	45.780	45.780	48.938	48.938	48.938
Quotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	45.780	-	45.780	48.938	-	48.938
Total	1.089.588	138.063	1.227.651	660.752	156.416	817.168

	2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Carteira administrada	126.056	404.310	530.366	53.341	273.647	326.988
Debêntures	-	231.965	231.965	-	126.410	126.410
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	126.051	-	126.051	52.909	-	52.909
Letras financeiras	-	113.730	113.730	-	50.878	50.878
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	31.512	31.512	-	69.529	69.529
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	27.103	27.103	-	26.830	26.830
Opções de soja	5	-	5	122	-	122
Opções de dólar	-	-	-	310	-	310
Total	126.056	404.310	530.366	53.341	273.647	326.988

	2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos mantidos até o vencimento						
Fundos de investimentos	692.638	-	692.638	730.303	-	730.303
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	422.030	-	422.030	488.956	-	488.956
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	199.932	-	199.932	178.523	-	178.523
Letras do tesouro nacional (LTN)	70.676	-	70.676	62.824	-	62.824
Carteira administrada	123.289	123.289	137.910	137.910	137.910	137.910
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	123.289	-	123.289	137.910	-	137.910
Total	815.927	123.289	939.216	868.213	137.910	1.006.123

Não houve reclassificação entre as categorias das aplicações financeiras no exercício em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Companhia não possui operações financeiras na categoria de nível III. **f) Desempenho:** A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros, títulos públicos e títulos privados que compõem a Carteira de Investimentos atingiu 9,74% no acumulado do exercício, representado 116,06% do CDI que foi de 8,39% no ano.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía contratos futuros de DI, soja e dólar, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e as variações dos preços de soja e dólar associadas às emissões de prêmio dos produtos do ramo de agronegócio. A utilização de derivativos está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	2012		2011	
Derivativos	Quantidade	Valor de Referência	Valor Justo	Valor a Receber/Pagar
LTN - A vencer de 1 a 30 dias	360	36.000	35.981	(0)
Opções de Soja a vencer de 31 a 180 dias	15	345	169	-
LTN - A vencer acima de 360 dias	1.860	186.000	159.731	(58)
NTN-F - A vencer acima de 360 dias	2.175	217.500	185.606	(77)
Total	4.410	439.845	381.487	(135)

	2012		2011	
Derivativos	Quantidade	Valor de Referência	Valor Justo	Valor a Receber/Pagar
Opções de Dólar a vencer de 31 a 180 dias	95	8.910	8.195	-
Opções de Soja a vencer de 31 a 180 dias	412	9.390	9.002	-
LTN - A vencer acima de 360 dias	3.450	345.000	272.659	(130)
NTN-F A vencer acima de 360 dias	1.895	189.500	137.814	(91)
Total	5.852	552.800	427.670	(221)

7. PRÊMIOS A RECEBER

	2012	2011
Prêmios a receber	852.047	304.972
(-) Provisão para riscos de créditos sobre prêmios de seguros	(12.571)	(10.433)
Total	839.476	294.539

A Companhia não possui nenhum prêmio de seguro a receber individualmente significativo.

a) Movimentação de prêmios a receber

	2012	2011
Saldo Inicial	304.972	205.546
Prêmios emitidos	4.438.417	3.124.098
Cancelamentos	(320.301)	(177.018)
Recebimentos	(3.571.041)	(2.847.654)
Saldo final	852.047	304.972

b) Composição por prazo de vencimento

	2012	2011
Vencidos	746.829	213.236
Vencidos: 1 a 30 dias	35.183	43.567
Vencidos: 31 a 60 dias	8.473	6.198
Vencidos: 61 a 120 dias	9.408	6.669
Vencidos: 121 a 180 dias	6.667	5.636
Vencidos: 181 a 365 dias	18.582	16.301
Vencidos superior a 365 dias	26.905	13.365
Total	852.047	304.972

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias em 2012 e 2011.

8. OPERAÇÕES DE RESEGUROS

a) Ativo

	2012	2011
Prêmios	4.639	4.639
Recuperação de sinistros IRB	28.552	18.312
Outros	59.440	4.287
(-) Provisão para riscos de créditos com resseguradores	-	(854)
Total</		

★ continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 380.482 (R\$ 380.482 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 645.238 ações nominativas sem valor nominal (645.238 ações em 31 de dezembro de 2011), sendo 322.619 ordinárias e 322.619 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Em caso de não distribuição de dividendos por três anos consecutivos, os detentores das ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo de 3% do lucro líquido no quarto ano. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. **c) Reserva de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2012, os acionistas aprovaram a criação da Reserva Especial de Ágio no montante de R\$ 145.632, constituída pelo ágio absorvido da Aliança Participações, conforme demonstrado na nota 23, acrescido do crédito tributário constituído sobre a referida parcela do ágio amortizado e deduzido da provisão para manutenção do patrimônio líquido (PMPL), constituída nos termos dos itens 44 e 46 da Interpretação Técnica nº 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **d) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **e) Reserva de lucros:** Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social. **f) Ajustes de avaliação patrimonial:** Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, computando-se a variação decorrente do ajuste do valor de mercado no Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. **g) Ações em tesouraria:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2011, os Acionistas decidiram adquirir pela Companhia 4.619 (quatro mil, seiscentas e dezoito) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, de sua própria emissão, sem diminuição do capital social, para permanência em tesouraria, no valor de R\$ 8.751 pagos à Aliança Participações S.A. **h) Distribuição de resultados:** Para os resultados dos exercícios 2012 e 2011, a Administração propõe as seguintes distribuições:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	555.589	523.583
Constituição da reserva legal (5%)	(70)	(26.179)
Lucro líquido ajustado	555.519	497.404
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	138.880	124.351
Adicional distribuído em 26.12.2012	59.320	416.898
Total de dividendos distribuídos	198.200	541.249
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	99.100	270.625
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	99.100	270.625
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	322.619	322.619
Ações preferenciais	322.619	322.619
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	307,1734771	838,8362124
Ações preferenciais	307,1734771	838,8362124

Saldo em 1º de janeiro de 2011

(+) Distribuição de dividendos do exercício	210.614	
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	330.635	
(-) Pagamentos	(541.249)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
(+) Distribuição de dividendos do exercício	183.010	
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	15.190	
(-) Pagamentos	(198.200)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Principais ramos de atuação	Prêmios Ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Vida em grupo	1.032.936	1.023.437	39,05%	36,74%	34,52%	34,01%
Prestamista	486.218	325.847	33,77%	54,10%	24,74%	18,09%
Acidentes pessoais - coletivo	326.355	296.219	15,25%	18,14%	32,51%	29,90%
Penhor rural instituições financeiras privadas	275.677	119.567	18,62%	17,72%	9,90%	9,96%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	242.664	202.993	85,65%	44,61%	8,61%	9,88%
Seguro de vida do produtor rural	200.060	178.851	14,32%	18,42%	28,90%	30,13%
Doenças graves ou doença terminal	120.943	98.162	12,53%	23,69%	35,49%	33,93%
Demais ramos	177.600	230.212	53,57%	41,85%	7,00%	7,59%
	2.862.453	2.475.288	35,48%	35,16%	26,00%	25,54%

b) Prêmios emitidos	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Prêmios diretos	3.850.250	2.822.008		
Prêmios de co-seguros aceitos	9.987	12.376		
Repasse DPVAT	83.047	77.120		

c) Sinistros ocorridos	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Sinistros	(931.462)	(810.451)		
Salvados	169	39		
Ressarcimentos	669	888		
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(62.267)	(38.657)		
Serviço de Assistência	(22.570)	(22.158)		

d) Custo de aquisição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Comissões	(933.712)	(651.484)		
Comissões de estipulantes	(41.962)	(37.914)		
Remuneração de agências	(88.180)	(52.769)		
Despesas com inspeção de riscos	(14.109)	(14.341)		
Variação das despesas de comercialização diferidas	333.665	124.329		

e) Outras receitas e despesas operacionais	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Apólices e Contratos	(23.291)	(28.294)		
Contribuição ao FESR	(87.710)	(36.152)		
Despesas com cobrança	(5.090)	(4.725)		
Contingências cíveis	(18.776)	(18.337)		
Lucros Atribuídos	(36.713)	(32.570)		
Endomarketing	(8.723)	(8.330)		
Outras receitas/despesas	(16.630)	(6.701)		

f) Resultado com resseguro	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Recuperação de indenização - direto	176.472	72.022		
Recuperação de indenização - IBNR	27.441	14.150		

Despesas com resseguro	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Prêmios de resseguro - direto	(234.009)	(193.664)		
Prêmio de resseguro cancelados	4.371	1.611		
Prêmio de resseguro restituídos	1.317	(541)		
Variação das provisões de resseguro	15.010	9.057		
Salvados e ressarcimentos	(166)	(504)		

g) Despesas administrativas	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal próprio	(66.213)	(41.869)		
Serviços de terceiros	(36.087)	(21.403)		
Localização e funcionamento	(20.827)	(12.066)		
Publicidade e propaganda	(23.317)	(12.286)		
Outras despesas administrativas	(19.211)	(9.684)		
h) Despesas com tributos	(83.040)	(76.800)		
COFINS	(68.895)	(63.530)		
PIS	(11.195)	(10.324)		
Taxa de fiscalização	(2.818)	(2.818)		
Outras despesas com tributos	(132)	(128)		
i) Resultado financeiro	266.329	290.852		
Receitas financeiras	114.253	107.622		
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	77.382	24.718		
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	44.537	119.339		
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.108	2.253		
Operações de seguros	28.105	35.876		
Atualização de depósitos judiciais	944	1.044		
Outras receitas financeiras	(81.131)	(83.259)		
Despesas financeiras	(32.525)	(31.431)		
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(26.739)	(30.675)		
Taxa de administração	(21.769)	(20.585)		
Outras despesas financeiras	(98)	(568)		
Total	185.198	207.593		

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social	2012		2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	831.004	831.004	779.490	779.490
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	207.727	124.651	194.848	116.923
Diferenças temporárias	6.284	5.224	982	1.137
Diferenças permanentes	1.963	1.020	1.057	511
Seguros rurais	(53.588)	-	(53.806)	-
Deduções incentivadas	(5.861)	-	(3.685)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	156.525	130.895	139.396	118.571
Constituição/Reversão de crédito tributário	(6.284)	(5.224)	(924)	(1.137)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(622)	125	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	149.619	125.796	138.472	117.434
Alíquota efetiva (%)	18%	15%	18%	15%

Partes Relacionadas

	Relação	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
Aliança do Brasil Seguros S.A.	Coligada	14.036	3.282	1.659	5.254
Brasileículos Companhia de Seguros S.A.	Coligada	-	23.236	23.277	363
MAPFRE Affinity Seguradora S.A.	Coligada	6.382	-	-	6.382
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	-	16.328	16.328	-
MAPFRE Vida S.A.	Coligada	-	10.903	16.044	-
Vida Seguradora S.A.	Coligada	308	-	-	308
Banco do Brasil	Acionista	60.016	-	88.180	41.460
BB Corretora	Coligada	10.878	237.304	922.750	10.193
BB DTVM	Coligada	-	-	21.769	-
BB Turismo	Coligada	-	-	5	-
Besc Clube	Coligada	-	495	1.859	-
Brasil Saúde	Coligada	-	-	3.306	-
BrasilPrev	Coligada	-	-	398	-
MAPFRE Nossa Caixa	Coligada	-	-	-	50
MAPFRE RE do Brasil	Coligada	3.793	780	116	5.513
		95.413	292.328	1.095.288	54.170

Os saldos em 31 de dezembro e as receitas e despesas incorridas no exercício estão resumidos no quadro abaixo: **d) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. **e) Outras informações:** Não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares, conforme legislação em vigor. As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas.

f) Compartilhamento de despesas: Em 2012 foi implementada a distribuição das despesas administrativas entre as empresas operacionais do Grupo Segurador BBMAPFRE através do Modelo de Alocação e Rateio de Custos - M.A.R.C.. Visando a aplicabilidade do modelo, foi elaborada a padronização das estruturas de centros de custos para todas as empresas do Grupo, criados com base nos organogramas contemplando o nível de Diretorias Gerais até o nível de Gerências. O rateio contemplou os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing) incorridos em 2012, impactando no resultado e contas patrimoniais, por empresa, conforme quadro abaixo, sendo que as liquidações financeiras entre as empresas ocorrerão no início de 2013.

21. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 791 (2011 - R\$ 600).

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Títulos e créditos a receber, do Ativo Circulante, é composto, substancialmente, por contas transitórias de recebimento de prêmios, incluindo o subsídio a receber do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$ 116.999 (2011 - R\$ 54.648). **b)** O saldo apresentado em Corretores de seguros e resseguros no valor de R\$ 280.375 (R\$ 65.494 - 2011) refere-se às comissões sobre prêmios emitidos pendentes e comissões a pagar à corretoras. **c)** Outros débitos operacionais, está representado principalmente, pela provisão do FESR, no montante de R\$ 37.359 (2011 - R\$ 18.941) e pelo saldo pendente de comissões de estipulantes e excedente técnico a pagar, no valor de R\$ 38.887 (2011 - R\$ 9.159). **d)** Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A aplicação deste normativo para a Companhia implicará na reversão da Provisão Complementar de Prêmios - PCP que poderá ser realizada em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da Provisão Complementar de Prêmios - PCP bruta de resseguro é de R\$26.409 e R\$16.513, líquida de resseguro.

23. CISÃO E INCORPORAÇÃO

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de novembro de 2012 foram aprovados o Protocolo de Cisão e respectivo laudo de avaliação, relativos à operação de cisão total da Aliança Participações. O laudo de avaliação foi elaborado na data base de 31 de outubro de 2012 e apresentou o seguinte valor de patrimônio cindido e vertido para a Companhia:

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar: O imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e a variação no período referem-se a:

	Balanco patrimonial		Resultado
	2012	2011	
Ativo			
Tributos a compensar	-	262	(262)
Tributos retidos na fonte	185	154	31
Tributos diferidos sobre ágio	29.073	-	29.073
Antecipação de IRPJ/CSSL	142.062	127.802	14.260
Total circulante	171.320	128.218	43.102
Tributos diferidos sobre ágio	113.867	-	113.867
Diferenças temporárias:			
Contingências tributárias	70.972	62.591	8.381
Contingências cíveis	16.565	14.182	2.383
Provisão para risco de crédito	5.331	4.597	734
Provisão para participação nos lucros	4.053	1.637	2.416
Contingências trabalhistas	255	238	17
Total não circulante	211.043	83.245	127.798
Passivo			
Diferenças temporárias:			
Ajustes de títulos a valor de mercado	5.055	371	4.684
Total passivo	5.055	371	4.684

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. **b)** Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, a Companhia mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente a compra de seguros dos ramos saúde e auto, títulos de capitalização, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas). As receitas estão registradas como "Prêmios emitidos" e as despesas nas rubricas "Outras despesas operacionais", "Despesas financeiras", "Despesas de comercialização de seguros", "Outras despesas de comercialização" e "Despesas administrativas". O Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses faz parte do conglomerado Banco do Brasil, com o qual a Companhia manteve operações a partir de 31 de agosto de 2010, que geraram despesas (principalmente a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros) registradas na rubrica "Outras despesas operacionais". Ademais, a BB Corretora atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Companhia somente após um período definido contratualmente. A Aliança do Brasil Seguros S.A. utiliza, desde a transferência de carteiras realizada em 1º de setembro de 2010, parte da estrutura e recursos existentes na Companhia para o desempenho de suas operações, de forma que o montante relativo a essa utilização é pago mensalmente, conforme estabelecido em contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos. **c)** A Companhia mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil e recuperação de despesas administrativas com a MAPFRE Nossa Caixa.

	2012		2011	
	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
Ativos	8.782	1.623	-	25.337
Passivos	-	-	15	6